

## Discutindo a formação da presença colonial portuguesa em Timor

**E**m Dezembro de 1999, a bandeira portuguesa foi definitivamente arreada em Macau, pequeno território situado na embocadura do Rio das Pérolas, na província chinesa de Guangdong, que desde meados do século XVI tinha sido continuamente administrado por Portugal. Com a passagem de Macau para plena administração da República Popular da China, os portugueses encerravam o penúltimo capítulo de uma longa aventura ultramarina, iniciada mais de quinhentos anos antes, que os tinha conduzido através dos mares, desde a faixa ocidental da Península Ibérica, até às mais remotas partes da Ásia Oriental. O último capítulo desta história imperial, se assim lhe podemos chamar, está agora em vias de conclusão, já que o território de Timor Leste, hoje Timor Loro Sa'e, que até 1975 constituiu parte integrante do império colonial de Portugal, com a eufemística designação de « província ultramarina », está prestes a adquirir a independência plena, sob a égide das Nações Unidas. Momento estratégico para reflectir sobre a história das primeiras relações entre Portugal e Timor e também sobre a verdadeira natureza da presença portuguesa nas regiões mais orientais da Insulíndia.

### Os portugueses em Malaca

Os portugueses, logo depois de alcançarem a Índia nos derradeiros anos do século XV, procederam a um levantamento sistemático das realidades físicas e humanas asiáticas, de forma a compensarem as enormes lacunas do saber europeu, que continuava a basear-se em velhos tratados medievais. A procura de « cristãos e especiarias », para utilizar a fórmula célebre de um dos primeiros portugueses desembarcados em Calicute, implicava um conhecimento aprofundado da geografia humana da Ásia marítima. Que povos habitavam aquelas regiões orientais ? Quais as suas crenças ? Quais os seus costumes e práticas sociais ? Quais os sistemas de governo ? Com quem

---

seria possível estabelecer alianças? A religião muçulmana estava muito difundida? E haveria núcleos cristãos implantados em território islâmico? Que tipo de mercadorias era possível obter em cada região? Onde eram produzidas e vendidas as especiarias? E de onde vinham outras mercadorias exóticas? Que produtos podiam ser oferecidos em troca? Enfim, tantas e tantas questões que necessitavam de uma resposta urgente<sup>1</sup>.

Os primeiros anos de Quinhentos assistem ao crescimento espectacular da presença portuguesa no Oriente. Os contactos exploratórios de Vasco da Gama (1468?-1524) rapidamente dão origem a claras intenções de fixação territorial em diversos pontos do extenso litoral asiático e a tentativas geralmente bem conseguidas de intervenção nos activos circuitos mercantis locais. Afonso de Albuquerque (1462?-1515) é normalmente considerado um dos grandes obreiros do edifício imperial português em terras orientais. Essa avaliação parece correcta, já que foi durante o seu governo indiano que os portugueses conquistaram Goa (1510) – a futura capital do Estado da Índia – e Malaca (1511), estabelecendo ainda um duradouro protectorado sobre Ormuz (1515). Estes três entrepostos, graças à respectiva posição geoestratégica, permitiram solidificar os interesses mercantis da Coroa lusitana no litoral asiático. Mais tarde, sólidos estabelecimentos fundados em Ternate (a partir de 1522) e em Macau (a partir de 1555) vieram possibilitar a cobertura dos mares orientais com uma densa rede de rotas regulares. Esta rede marítima, para além de permitir o escoamento de uma significativa quantidade de mercadorias de luxo em direcção ao Cabo da Boa Esperança, abria as portas a uma crescente intervenção portuguesa nos tráficos interasiáticos, tráficos esses que, muito frequentemente, ultrapassavam em volume o movimento comercial entre o Oriente e Portugal<sup>2</sup>.

A conquista de Malaca abriu aos portugueses as portas de um novo e insuspeitado mundo. Os navegadores lusitanos, com uma rapidez impressionante, vão tentar entrar em contacto com os mais importantes centros mercantis da Ásia Oriental, desvendando, ao mesmo tempo, os principais mecanismos que regulavam os tráficos inter-regionais. Afonso de Albuquerque, perseguindo um tal objectivo, procurou logo a partir de 1511 estabelecer relações de trato e de amizade com os mais poderosos vizinhos daquela cidade malaia, de modo a viabilizar a continuidade da presença portuguesa no Sudeste Asiático. Mesmo antes da conquista final de Malaca, enviara Duarte Fernandes ao Sião, a bordo de juncos chineses que regressavam ao Celeste Império, e que, de caminho, faziam escala na costa oriental siamesa. Já depois de efectivada a conquista da praça, Afonso de Albuquerque, no prosseguimento desta política de boa vizinhança, recebeu vários embaixadores de potentados circundantes, que vinham verificar a nova situação que se vivia em Malaca. Simultaneamente, despachava emissários rumo a outras regiões, certamente aquelas que haveria maior

1. Para o período anterior a 1521, vd. A.A. Banha de ANDRADE, *Novos Mundos do Mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972, 2 vols.
2. Para uma síntese actualizada e inovadora sobre a presença portuguesa no Oriente, vd. S. SUBRAHMANYAM, *O Império Asiático Português 1500-1700. Uma história política e económica*, Lisboa, Difel, 1995.

urgência em contactar, quer por razões de mera sobrevivência da praça, quer por interesses de ordem mercantil. Deste modo, Rui Nunes da Cunha foi enviado ao Pegú, onde assentou amizade e trato com o soberano local, enquanto António de Abreu era encarregado de comandar uma frota destinada a demandar as ilhas extremo-orientais onde eram produzidas as maçãs e o cravo.

A geografia das viagens portuguesas, nesta fase, relaciona-se intimamente com a localização dos grandes centros produtores e distribuidores de mercadorias de luxo e de bens de primeira necessidade. Os mercadores lusitanos, por um lado, buscavam o cravo, a noz moscada e a maçã, o almíscar e o benjoim, a cânfora e o lacre, as sedas e as porcelanas, e tantas outras mercadorias exóticas, que poderiam ser exportadas para a Europa com enormes lucros, ou mesmo transaccionadas em outras praças asiáticas. Por outro lado, a cidade de Malaca necessitava desesperadamente de alimentos, pois era uma terra quase estéril, que de forma alguma produzia mantimentos suficientes para consumo dos seus próprios habitantes. Além do mais, este entreposto português não podia sobreviver sem um suprimento regular dos mais variados objectos de uso quotidiano, indispensáveis ao bom funcionamento de uma fortaleza e de uma marinha de guerra, como salitre e enxofre, componentes essenciais da pólvora, chumbo para balas, e também amarras, madeira, bréu, estopa, âncoras e outros variados apetrechos navais<sup>3</sup>.

### Primeiras notícias de Timor

Através da expedição de António de Abreu, os portugueses tentavam alcançar o arquipélago de Banda, grande centro produtor de maçã e de noz moscada, e também o arquipélago das Molucas, grupo de cinco ilhas onde na época se concentrava toda a produção de cravinho. Embora o capitão-mor da expedição não chegasse a atingir as Molucas, ao que parece por culpa de ventos desfavoráveis, um dos navios portugueses, comandado por Francisco Serrão, foi naufragar junto à ilha de Amboíno, a partir da qual logo alcançou uma das Molucas. Em anos seguintes, os portugueses estabeleceriam relações regulares com as ilhas do cravo, e sobretudo com Ternate, onde viria a ser construída uma fortaleza em 1522-1523.

Entretanto, durante esta expedição, os navios de António de Abreu costeavam a extensa fieira de ilhas que se estende desde Java em direcção a poente, registando cuidadosamente as primeiras notícias vivenciais sobre todas as terras visitadas, e recolhendo em cada porto escalado informes

---

3. Sobre a presença portuguesa no Sudeste Asiático, vd. alguns dos estudos de L.F. THOMAZ incluídos na sua colectânea *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994; vd. ainda M. LOBATO, *Política e comércio dos Portugueses na Insulíndia. Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, Macau, Instituto português do Oriente, 1999. Para uma visão global da história do Sudeste Asiático nos séculos XVI e XVII, vd. o estudo fundamental de A. REID, *Southeast Asia in the Age of Commerce*, New Haven, Yale University Press, 2 vols, 1988-1993, bem como alguns dos estudos incluídos na recente colectânea do mesmo autor *Charting the Shape of Early Modern Southeast Asia*, Chiang Mai, Silkworm Books, 1999.

---

detalhados sobre as mais importantes produções locais. Um dos membros da tripulação era o jovem cartógrafo português Francisco Rodrigues, o qual, durante a jornada, que se prolongou pelo ano de 1512, desenhou diversas cartas da Insulíndia, numa das quais Timor, a ilha « onde nasce o sândalo », fazia a primeira aparição na cartografia europeia<sup>4</sup>.

As ilhas de Timor, expressão que designava um conjunto vasto de ilhas e ilhotas situadas na extremidade oriental da Insulíndia, eram frequentadas, antes da chegada dos portugueses, por navegadores chineses, malaios e javaneses, que ali procuravam abastecer-se da preciosa madeira de sândalo. Os matos da ilha de Timor propriamente dita, como escrevia o boticário Tomé Pires (c.1470-c.1527) por volta de 1515, na sua *Suma Oriental*, estavam repletos de « grande soma de sândalos brancos »<sup>5</sup>; mas ali encontravam-se também outros produtos de valor, como « mel e cera e escravos », de acordo com as notícias de Duarte Barbosa (c.1480-c.1549), consignadas mais ou menos na mesma época no seu *Livro das coisas do Oriente*<sup>6</sup>.

As informações colhidas em Malaca, junto de mercadores asiáticos, vão atrair os portugueses a Timor, e, muito embora nenhum documento o ateste, a primeira viagem destes àquela ilha, realizada a bordo de um junco lusomalaio, teve certamente lugar em 1514 ou 1515. Para além de confirmarem os informes de carácter mercantil, os exploradores portugueses descobriam que os habitantes da ilha eram gentios, pouco dados a contactos com muçulmanos, para além de constatarem que ali não existiam juncos de grande porte, indispensáveis à realização de expedições mercantis. Assim, estavam reunidas todas as condições que permitiriam o posterior estabelecimento de relações entre a cidade portuguesa de Malaca e a ilha de Timor : em primeiro lugar, a importância económica do sândalo timorense justificava amplamente o investimento necessário à viagem ; depois, os povos da ilha, organizados em pequenos reinos autónomos, pareciam acolher calorosamente os portugueses, uma vez que não existiam antagonismos de ordem religiosa ; finalmente, Timor não possuía uma marinha mercante própria, estando o seu comércio externo totalmente dependente da iniciativa de outros povos navegantes.

Nas décadas imediatas o tráfico português em direcção a Timor parece ter assumido alguma regularidade, já que o sândalo ali existente era uma mercadoria altamente apreciada em muitos dos portos da Ásia marítima então frequentados pelas embarcações portuguesas, desde o Golfo de Cambaia até à Baía de Cantão. Com efeito, o sândalo-branco de Timor (*Santalum album*) é uma madeira muito aromática, que, uma vez pulverizada, se utiliza na composição de perfumes, de unguentos e de incensos, muito apreciados por todo o Oriente. Os perfumes e os unguentos faziam parte das formas de higiene diária de muitos dos povos asiáticos, enquanto os incensos eram uma componente essencial de numerosas cerimónias

---

4. Esta expedição foi estudada por A. CORTESÃO, « O itinerário de António de Abreu », em *Esparsos*. Vol. I, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1974-1975 : 343-353 (3 vols).

5. R.M. LOUREIRO, ed., *Once nasce o sândalo. Os Portugueses em Timor nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1995 : doc. 1, 75-77.

6. *Ibid.* : doc. 2, 79-80.

---

religiosas. Os próprios europeus recorriam ao sândalo, misturado com água-rosada, para combaterem a febre e as enxaquecas<sup>7</sup>.

Apesar da extraordinária importância das madeiras timorenses para os tráficos regionais em que os portugueses participavam activamente, nenhum estabelecimento lusitano foi fundado naquelas partes durante a primeira metade do século XVI. A situação parece ser um pouco semelhante à do Brasil, onde os navios da Coroa portuguesa carregavam igualmente madeiras preciosas, e onde também não houve a preocupação de fundar um entreposto permanente, até ao momento em que a concorrência de outras potências europeias veio impor essa necessidade. O sândalo abundava nas ilhas de Timor, e não havia certamente qualquer receio de que as reservas da preciosa madeira se esgotassem. E é provável que os contactos com os pequenos potentados do litoral timorense fossem de tal forma amistosos que tornassem redundante a fundação de uma feitoria e de uma fortaleza permanentes, com os pesados encargos de manutenção que lhes andariam associados. Além do mais, a ilha de Timor não era particularmente dotada em termos de portos e ancoradouros seguros.

### Negócios temporais e espirituais nas ilhas de Timor

O primeiro estabelecimento português na região das ilhas de Timor, afinal, haveria de ser fundado em Solor, por iniciativa de missionários dominicanos. Os mercadores oriundos de Malaca, nas suas expedições regulares em busca do sândalo timorense, tinham concluído que a ilha de Solor, situada a norte de Timor, embora fosse menos verdejante, possuía ancoradouros mais acessíveis. Assim, os portos desta ilha começaram a ser cada vez mais frequentemente demandados pelos navios portugueses, que a partir de Solor tinham acesso fácil às madeiras da vizinha Timor.

Por volta de 1556, as ilhas da Sunda Menor foram visitadas por um missionário dominicano, frei António Taveira, que, alegadamente, teria feito mais de 5000 cristãos entre os habitantes de Timor, e muitos outros nas ilhas de Solor e de Flores. É bastante provável que frei Gaspar da Cruz, um outro dominicano, também tivesse deambulado por aquelas paragens em 1557-1558, avaliando as possibilidades de intervenção dos religiosos de São Domingos em áreas não missionadas por outras ordens religiosas<sup>8</sup>. A Companhia de Jesus, de certa forma, monopolizava então a missão nas regiões que se estendiam para leste de Malaca. Porém, os padres jesuítas tinham menosprezado as ilhas da Sunda Menor, onde, ao contrário das Molucas, por exemplo, não desenvolveram quaisquer esforços proseliticos, muito embora não desdenhassem recolher sobre elas circunstanciadas

---

7. R. CINATTI, *Esboço histórico do Sândalo no Timor português*, Lisboa, Junta de Investigações Coloniais, 1950. Cf. Onde nasce o sândalo, docs. 6 e 9 : 91-98 e 103-108, respectivamente.

8. Fr. G. da CRUZ, *Tratado das coisas da China*, edição de R.M. LOUREIRO, Lisboa, Edições Cotovia, 1997.

---

notícias<sup>9</sup>. Assim, o campo parecia estar livre para os dominicanos, que, nas décadas subsequentes, haveriam de fazer de Solor um dos principais centros das respectivas actividades<sup>10</sup>.

A chegada a Malaca, em finais de 1561, de D. Jorge de Santa Luzia, veio trazer uma nova dinâmica à missão das ilhas de Timor, já que o recém-chegado bispo era dominicano, e nunca deixaria de apoiar os esforços dos seus confrades. E, de facto, nos primeiros meses do ano seguinte largava para Solor um grupo de quatro missionários, encabeçados por frei António da Cruz. Estes dominicanos seriam responsáveis pela construção da primeira fortaleza portuguesa em Solor, edificada ao longo do ano de 1566, no seguimento de um frustrado assalto javanês à principal povoação da ilha, que apenas fora repellido graças à imprevista intervenção de uma nau portuguesa regressada das Molucas.

A comunidade lusa cresceu à sombra das muralhas da fortaleza, que forneciam uma adequada protecção contra eventuais ataques de javaneses e de macassares, povos islamizados que amiúde hostilizavam os portugueses. Enquanto os mercadores, residentes ou de passagem, se dedicavam ao tráfico do sândalo e de outros bens, os padres multiplicavam as conversões, alargando a cristandade às ilhas circundantes. O interesse e o mérito dos dominicanos foram tacitamente reconhecidos pela Coroa lusitana, que durante muitos anos delegou no superior da Ordem em Malaca a escolha do capitão da praça de Solor<sup>11</sup>. A partir desta fortaleza, os portugueses – mercadores, aventureiros e missionários – passam a visitar com mais frequência a ilha de Timor, onde uns se dedicavam a negócios temporais, enquanto os outros tratavam na fazenda espiritual, multiplicando as conversões.

A falta de documentação não permite quantificar devidamente o comércio de sândalo timorense. Porém, informações de inícios do século XVII referem que a produção de Timor ascendia a cerca de dois mil bahares da preciosa madeira, equivalendo um bahar a mais de 140 quilos<sup>12</sup>. Os mercadores portugueses de forma alguma monopolizavam o tráfico, já que embarcações oriundas de muitos portos extremo-orientais demandavam regularmente a ilha do sândalo<sup>13</sup>. Juncos sediados nas províncias meridionais do Celeste Império, por exemplo, eram desde há muito clientes habituais do lenho salúfero e cheiroso – como lhe chamava Luís de Camões

---

9. Sobre as missões orientais da Companhia de Jesus, vd. alguns dos estudos de G. SCHURHAMMER reunidos em *Orientalia*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963, que, embora numa perspectiva apologética, fornecem indicações importantes. Para uma visão mais crítica, recorrer ao estudo de C.R. BOXER, *A igreja e a expansão ibérica*, Lisboa, Edições 70, 1989, que indica vasta bibliografia.

10. Sobre a missão em Timor, vd. A.T. de MATOS, *Timor Português 1515-1769. Contribuição para a sua história*, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1974; e também *Onde nasce o sândalo*, *op. cit.*

11. *Onde Nasce o sândalo*, *op. cit.* : doc. 8, 101-102.

12. *Ibid.* : docs. 16 e 17, 141-155.

13. Vd. a síntese muito bem informada de M.A.P. MEILINK-ROELOFSZ, *Asian Trade and European Influence in the Indonesian Archipelago between 1500 and about 1630*, Haia, Martinus Nijhoff, 1969, que utiliza abundantemente fontes de origem portuguesa.

---

em 1572<sup>14</sup> –, o qual era consumido em numerosos rituais quotidianos dos

chineses. O movimento controlado pelos navios portugueses, que se destinava a abastecer sobretudo os mercados da Índia e do Sudeste Asiático, não representava certamente uma quota elevada da produção total de Timor. De outra forma, quer dizer, se o sândalo fosse uma mercadoria tão importante e tão valiosa como o cravinho, por exemplo, os portugueses teriam procurado estabelecer um entreposto fixo na ilha logo nas primeiras décadas do século XVI, como de resto o haviam feito nas Molucas.

A presença constante de religiosos de São Domingos nas ilhas de Timor explica o interesse que os cronistas da Ordem manifestam por estes longínquos territórios. Frei João dos Santos (c.1560-1622), que em 1586 chegava à Índia, para uma longa estada que se havia de prolongar, com uma breve interrupção, até aos seus últimos dias, dedica um largo espaço da Etiópia Oriental, publicada em Lisboa em 1609, aos feitos missionários dos seus confrades em Solor, nas Flores e em Timor<sup>15</sup>. E frei Luis de Sousa (c.1558-1632), que redigiu as três primeiras partes da História de São Domingos, publicadas em 1623, 1662 e 1678, retomaria muitas das notícias do seu antecessor, salientando o esforço missionário dominicano nas mais remotas ilhas da Insulíndia<sup>16</sup>.

O primeiro governador de Solor nomeado por iniciativa régia parece ter sido António Vilhegas, talvez como recompensa de uma longa carreira ultramarina, e certamente no âmbito da reorganização administrativa dos estabelecimentos portugueses no Oriente que teve lugar com a subida ao trono de Portugal de Filipe II de Espanha. António Vilhegas largava de Lisboa em Janeiro de 1586, e no ano seguinte já se encontrava no longínquo entreposto português. Desde então, a Coroa passou a assegurar a nomeação do capitão de Solor, o qual detinha uma jurisdição de fronteiras bastante indefinidas, mas abrangendo a presença lusa em várias ilhas da Sunda Menor, como Flores, Alor, Lomblen e Timor. As relações com as formações políticas locais, muito fragmentadas, nem sempre foram pacíficas, e sofreram amiúde a intrusão de potentados islâmicos vizinhos, sediados em Java e em Macassar, sobretudo. Mas o tráfico de sândalo e a catequização do gentio continuaram a evoluir paulatinamente, em mais um exemplo, tão frequente na expansão portuguesa, de informal aliança entre interesses mercantis e missionários<sup>17</sup>.

### A chegada dos holandeses e a queda de Malaca

14. *Os Lusíadas*, fac-símile da edição de 1572, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1972, X-134.

15. *Onde nasce o sândalo*, op. cit. : doc. 11, 111-118.

16. Fr. L. de SOUSA & Fr. L. de SANTA CATARINA, *História de S. Domingos*, edição de Manuel Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1977, 2 vols.

17. J. VILLIERS, « As derradeiras do mundo : The dominican missions and the sandalwood trade in the Lesser Sunda islands in the sixteenth and seventeenth centuries », em L. de ALBUQUERQUE & I. GUERREIRO, eds, *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, Instituto de investigações científicas tropicais, 1985 : 571-600.

Os portugueses tinham conseguido, durante quase toda a centúria de Quinhentos, manter o monopólio da rota do Cabo, impedindo persistentemente o acesso de navios europeus aos mares orientais. Com o virar do século, porém, a Holanda e a Inglaterra, potências em fulgurante ascensão, e finalmente possuidoras de uma marinha de guerra capaz de competir com as armadas de Portugal, começaram a demandar cada vez mais regularmente as Índias Orientais<sup>18</sup>. Entre 1591 e 1594 uma expedição inglesa comandada por James Lancaster deambulou por todo o oceano Índico, escalando algumas das ilhas mais ocidentais da Insulíndia. E em 1595-1596, uma armada holandesa sob as ordens de Cornelis de Houtman atingia o porto javanês de Banten – identificado normalmente com a Sunda das fontes portuguesas quinhentistas –, lançando de imediato as bases de uma presença firme no Sudeste Asiático. A partir de então, os interesses asiáticos dos portugueses iriam sofrer profundos abalos, em virtude da chegada em força ao Oriente de navios oriundos do Norte da Europa.

A partida dos holandeses rumo às Índias havia sido precedida de minuciosas pesquisas, levadas a cabo em Goa e em Lisboa por agentes competentes. O viajante Jan Huyghen van Linschoten vivera na capital do Estado da Índia entre 1583 e 1589, recolhendo avidamente notícias sobre os locais de origem e sobre os mecanismos de circulação das mais valiosas mercadorias asiáticas. E o próprio Cornelis de Houtman visitara Lisboa antes de efectuar a sua primeira viagem ao Índico. Linschoten, no seu *Itinerário*, publicado pela primeira vez em Amsterdão em 1596<sup>19</sup>, apresentava a Insulíndia como a região mais apropriada ao estabelecimento dos seus compatriotas, pois, além de possuir muitas das mais preciosas especiarias de luxo, estava dividida em inúmeros potentados rivais, alguns dos quais teriam interesse em acolher os holandeses. Acrescia ainda o facto de a presença lusa ser aí menos densa do que noutras regiões orientais, pois os portugueses apenas possuíam um estabelecimento sólido em Malaca, para além de algumas fortalezas em Tidore, em Amboíno e em Solor. Mas estes entrepostos estavam separados entre si por enormes distâncias, dificultando os abastecimentos, para além de estarem rodeados de potentados nem sempre amigáveis<sup>20</sup>.

As primeiras décadas do século XVII, assim, assistiram ao progressivo declínio do porto de Malaca, que, para além de enfrentar a concorrência holandesa, teve de suportar os constantes assédios do vizinho sultanato de Achém, no norte da ilha de Samatra, que hegemonizou a resistência muçulmana aos europeus. O facto de Malaca servir de base de apoio aos estabelecimentos portugueses do Extremo Oriente explica muitas das

---

18. Sobre esta questão, vd. A. DISNEY, « Retracção da esfera de influência portuguesa no Oriente (século XVII) », em L. de ALBUQUERQUE, ed., *Portugal no Mundo*, Lisboa, Pub. Alfa, 1989, 6 vols., vol 5 : 77-89. Este volume contém outros artigos interessantes sobre a presença portuguesa no Oriente em Seiscentos, que adiante vão citados.

19. Vd. edição portuguesa recente : *Itinerário, viagem ou navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, edição de Arie Pos & Rui Manuel Loureiro, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

20. S. SUBRAHMANYAM, « Os Holandeses na Insulíndia e no Ceilão », em *Portugal no Mundo*, op. cit., vol. 5 : 51-64.

---



dificuldades logísticas que estes passaram a sentir. Esta época de livre concorrência entre várias potências europeias parece ter sido especialmente

propícia ao desenvolvimento, por aventureiros portugueses, de empreendimentos privados, baseados num apurado conhecimento das realidades geográficas e humanas do Sudeste Asiático<sup>21</sup>.

As ilhas da Sunda Menor foram também demandadas pelos holandeses, que ali buscavam, tal como anteriormente o tinham feito os mercadores portugueses, a preciosa madeira de sândalo. Assim, a fortaleza de Solor era ocupada uma primeira vez entre 1613 e 1615 por uma força oriunda dos Países Baixos, e de novo entre 1618 e 1629, para ser definitivamente abandonada pelos portugueses em 1636. A comunidade lusa ali residente foi obrigada a demandar outras paragens, fixando-se nomeadamente em Larantuca, na vizinha ilha das Flores, e talvez em alguns pontos do litoral timorense<sup>22</sup>. Por estes anos, os interesses dos mercadores portugueses estabelecidos nas ilhas de Timor tinham sido redireccionados, em função da situação global que se vivia no Oriente. Assim, as dificuldades de acesso a Malaca, frequentemente isolada por embarcações hostis, aconselhavam uma diversificação de rotas comerciais, prática de resto já antiga, mas agora mais do que nunca incentivada.

O negócio do sândalo, no fim de contas, podia efectuar-se de forma lucrativa em muitos portos do Extremo Oriente, sem necessidade de cruzar o Estreito de Singapura, e sobretudo em Macau, entreposto controlado pelos portugueses desde cerca de 1555, e nas Filipinas, que depois de 1581 e da União Ibérica tinham franqueado os seus portos, de modo informal, à navegação lusitana. À sombra destes intensos tráficos extremo-orientais, uma significativa comunidade portuguesa tinha-se estabelecido em Macassar, onde se destacava a figura do poderosíssimo mercador Francisco Vieira de Figueiredo<sup>23</sup>. E a comunidade portuguesa de Solor, logo transferida para as Flores, também parece ter conseguido manter uma certa prosperidade, apesar da impossibilidade prática, por parte dos portugueses, de conservarem o exclusivo das principais rotas marítimas naquelas remotas paragens.

Entre 1639 e 1643, entretanto, graves acontecimentos vieram complicar a presença portuguesa no Extremo Oriente. No primeiro desses anos, os portos do Japão eram definitivamente encerrados aos portugueses, depois de mais de um século de frutuoso intercâmbio luso-nipónico. De súbito, a prata fina de que falava Luís Camões<sup>24</sup> deixou de correr em direcção a Macau, marcando uma profunda viragem nos destinos económicos daquela

---

21 Vd., a propósito, C.R. BOXER, *Francisco Vieira de Figueiredo. A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*, Haia, Martinus Nijhoff, 1967.

22. *Onde nasce o sândalo*, op. cit. : doc. 13, 125-128.

23. Sobre as actividades portuguesas no Extremo Oriente, nesta época, vd. C.R. BOXER, op. cit. ; e também J.A. Leitão BARATA, « Macáçar », em L. de ALBUQUERQUE (ed.), *Dicionário de História dos Descobrimientos Portugueses*, vol. 2, Lisboa, Caminho, 1994 : 631-633. Preferiu-se aqui a grafia mais arcaica « Macassar ». Cf. relatório preparado por FIGUEIREDO em *Onde nasce o sândalo*, op. cit. : doc. 15, 133-140.

24. *Os Lusíadas*, X-131.

---

pequena metrópole. Dois anos mais tarde, em 1641, os holandeses conseguiam finalmente conquistar a praça de Malaca, no termo de quase quatro décadas de persistente hostilidade. E por volta de 1643 chegavam ao Extremo Oriente notícias sobre a restauração da independência em Portugal, em 1640, desenvolvimento político que fechava novamente os portos filipinos às embarcações portuguesas<sup>25</sup>.

### Os portugueses e Timor no século XVII

Para a Coroa lusitana – e lembremo-nos que 1640 é o ano da Restauração – estes acontecimentos têm certamente um sabor amargo, já que marcam o inevitável declínio de uma presença e de uma influência seculares em territórios asiáticos. As comunidades lusas residentes em Malaca e em Macau logo tentarão recompor-se dos golpes sofridos. Assim, grande parte dos mercadores portugueses transfere-se da praça malaia perdida para Macassar, onde existia já um importante núcleo português, que em determinados momentos atingia o número surpreendente de 500 homens, e também para as ilhas de Timor, que a partir desta época adquirem uma renovada importância estratégica, paralelamente à relevância económica nunca perdida, como fonte aparentemente inesgotável de sândalo. A Cidade do Nome de Deus, por sua vez, redireccionará as suas rotas em direcção ao Mar do Sul, área geográfica privilegiada – pela riqueza das suas produções, pela fragmentação dos seus estados, pela diversidade das suas gentes –, onde indivíduos mais empreendedores podiam ainda enriquecer à conta dos tráficos inter-regionais.

A partir de cerca de 1640, portanto, a presença portuguesa em Timor começa a crescer de forma relevante, de resto sem grande oposição dos habitantes da ilha. Poucos anos antes, em 1636, a chegada ao litoral timorense de frei Rafael da Veiga tinha marcado o início de uma missão mais consequente, embora os religiosos dominicanos nunca se livrassem totalmente da fama – e talvez do proveito! – de se envolverem no tráfico de sândalo. Mais uma vez, interesses espirituais e materiais caminhavam lado a lado. Cinco anos mais tarde existiriam em Timor vinte e duas igrejas, onde missionavam exclusivamente os frades de São Domingos. E um pouco antes de 1645, um outro religioso da mesma ordem, frei António de S. Jacinto, dirigia a construção de um forte português em território timorense, na região de Cupão, na extremidade ocidental da ilha, onde parece ter-se então desenvolvido o primeiro estabelecimento português permanente. A praça foi ocupada pelos holandeses em 1653, transferindo-se

---

25. Sobre o final da presença portuguesa no Japão, vd. a obra clássica de C.R. BOXER, recentemente reeditada, *The Christian Century in Japan, 1549-1650*, Manchester, Carcanet, 1993; e também V. COUTINHO, *O Fim da presença portuguesa no Japão*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 1999. Sobre a perda de Malaca, vd. A. DISNEY, « A queda de Ormuz, Malaca e Mombaça », em *Portugal no Mundo, op. cit.*, vol. 5 : 38-50, que cita a bibliografia essencial; sobre as relações entre Macau e Manila, vd. B. Videira PIRES, *A viagem de comércio Macau-Manila nos séculos XVI a XIX*, Macau, Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1987.

---

os seus ocupantes para Lifau, na costa setentrional, onde se localizaria o mais importante centro português da ilha até 1668, data da transferência de actividades para Díli<sup>26</sup>.

A Coroa começou a nomear regularmente um capitão para Timor, distinto do de Solor, depois de 1646, o que por vezes ocasionou conflitos de autoridade. Mas as ilhas de Timor foram, durante quase todo o século XVII, uma região de fronteira, onde diversos poderes, portadores de distintos interesses, procuravam impor-se, numa coexistência nem sempre pacífica. Em primeiro lugar, os missionários dominicanos, detentores de algum ascendente moral, que lhes advinha da prolongada residência naquelas partes do Sul, mas que frequentemente punham em causa através de uma mais ou menos camuflada intervenção no tráfico do sândalo. Depois, os oficiais régios, nem sempre funcionários exemplares, que procuravam aproveitar o tempo da respectiva capitania para acumularem um razoável pecúlio. Em terceiro lugar, poderosos mercadores privados, sediados sobretudo em Macassar, tentavam também fazer vingar a sua lei. E, em quarto lugar, o poder holandês, que, a partir de Java, de Solor e de outros locais da Insulíndia, nunca deixou de se interessar por Timor<sup>27</sup>.

O resultado do enfrentamento de interesses tão diversos – mas que rodavam sempre em torno do sândalo salutar e cheiroso – nem sempre emerge claramente das fontes documentais portuguesas, predominantemente de origem dominicana. Mas uma coisa é certa: a autoridade da Coroa, quando, esporadicamente, conseguiu alguma hegemonia, nunca o poderia ter feito sem a colaboração de outras forças em jogo naquelas longínquas paragens, as quais adoptaram frequentemente uma política de compromisso – às vezes mesmo com os holandeses –, em prol do bom andamento dos negócios.

Entretanto, em meados do século XVII, um quinto elemento começava a salientar-se nas ilhas de Timor, os larantuqueiros, mestiços euro-asiáticos. Alguns deles, como Mateus da Costa e António de Hornay, profundos conhecedores da realidade local e, simultaneamente, capazes de reunir importantes apoios entre os timorenses, e também entre as comunidades de mercadores estrangeiros, conseguiram ascender a lugares de relevo, mesmo contra a oposição do Estado da Índia, demasiado afastado para poder ditar condições na região. Depois de 1664, ambos disputaram o governo de Timor, numa querela que apenas teve fim com a morte de Mateus da Costa em 1673. Posteriormente, Hornay haveria de governar a ilha de Timor como um rei não coroado durante cerca de vinte anos, até 1693, respeitando os interesses lusitanos, é certo, mas recusando qualquer interferência na sua administração. Talvez a hegemonia deste homem se explicasse, em parte, pelo apoio que em determinada altura lhe proporcionou, a partir de Macassar, o poderoso Francisco Vieira de Figueiredo.

O primeiro governador a conseguir estabelecer uma réstea de autoridade

---

26. J. VILLIERS, *op. cit.* e C.R. BOXER, *Fidalgos no Extremo Oriente, 1550-1770*, Macau, Fundação Oriente & Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990: 181-204.

27. Vd. uma boa introdução à história da expansão holandesa em C.R. BOXER, *The Dutch Seaborne Empire, 1600-1800*, Londres, Penguin Books, 1990.

---

portuguesa na parte oriental de Timor – já que os holandeses, a partir de Cupão, dominavam a parte ocidental – seria António Coelho Guerreiro, que chegou à ilha em 1702, com o título de Governador e Capitão-Geral das ilhas de Timor e Solor<sup>28</sup>. Mas isso são outras histórias, que ultrapassam o âmbito cronológico desde relance histórico<sup>29</sup>.

\* \* \*

Durante o regime autoritário que vigorou em Portugal por muitas décadas, até à revolução de Abril de 1974, alguma historiografia portuguesa, principalmente as suas vertentes oficial e oficiosa, alimentou consistentemente determinados mitos a respeito das então chamadas « províncias ultramarinas ». A respeito de Timor, nomeadamente, essas fábulas historiográficas falavam de uma ininterrupta presença portuguesa durante cinco séculos, de uma efectiva e precoce ocupação do território timorense, de uma intensa missionaçã católica. Tratava-se, sobretudo, de tentar justificar a manutenção de formas de domínio colonial sobre aquele longínquo território, numa época em que o colonialismo estava a ser posto em causa um pouco por todo o mundo e a larga maioria das antigas colónias europeias acedia à independência. Nada mais afastado da verdade, como facilmente se pode constatar com o auxílio de insuspeita documentação quinhentista e seiscentista.

Durante os primeiros dois séculos de contactos luso-timorenses, os diversos reinos da ilha de Timor mantiveram uma quase total e permanente autonomia face aos portugueses. Os contactos com os portugueses foram sempre de natureza epidérmica, circunscritos a determinados entrepostos litorâneos, com a esporádica excepção de algumas investidas missionárias. Não houve durante séculos ocupação plena da parte leste da ilha de Timor por parte dos portugueses, cujos interesses na ilha se limitavam ao tráfico de sândalo branco. Apenas a concorrência estrangeira levará os portugueses e tentarem solidificar as suas posições em Timor, com vista a assegurarem a continuidade dos seus interesses económicos. E sempre, convém sublinhá-lo, no âmbito de parcerias com grupos asiáticos. A missionaçã católica, entretanto, conheceu um sucesso moderado, é certo, mas que não deve ser exagerado, já que em finais do século

haveria em Timor pouco mais de uma dúzia de religiosos. Os motivos da significativa difusão do catolicismo estão ainda por esclarecer. Eventualmente, terão justificações de ordem simbólica e religiosa ; mas também

---

28. Sobre esta personagem, vd. A.T. de MATOS, « António Coelho Guerreiro, mercador, burocrata e governador », *Mare Liberum*, Lisboa, 5, 1993 : 107-111. Sobre a presença portuguesa em Timor no século XVIII, vd., do mesmo autor, *Timor Português, op. cit., passim*.

29. Para uma recente panorâmica da história de Timor, vd. G.C. GUNN, *Timor Loro Sae - 500 anos*, Macau, Livros do Oriente, 1999.

---

deverão estar associados ao papel desempenhado pelos missionários como intermediários na obtenção de mercadorias de luxo ou como angariadores de auxílio técnico-militar em conflitos inter-timorenses.

A ocupação efectiva de partes importantes do território timorense por parte das autoridades portuguesas teria lugar apenas em épocas mais recentes, sobretudo a partir de finais do século XIX e inícios do século XX<sup>30</sup>. Enfim, no momento em que se prepara a definitiva descolonização de Timor, parece igualmente prioritário começar a « descolonizar » a história do relacionamento luso-timorense, libertando-a de alguns mitos persistentemente alimentados pela historiografia colonial.

*Julho e Outubro de 2001*

**Rui Manuel LOUREIRO**

Centro português de estudos do Sudeste Asiático/ Cepesa – Sul

---

30. Vd. G.C. GUNN, *Timor Loro Sae*, *op. cit.* : 211-230 ; e R. PÉLISSIER, *Timor en guerre, le crocodile et les Portugais, 1847-1913*, Orgeval (França), 367 p.

---